



“Eliminar a taxa intermédia do IVA iria prejudicar o sector da restauração, que é a base da actividade turística de Portugal”

José Sócrates
SECRETÁRIO-GERAL DO PS



“O nosso IRS é dos mais complicados da UE. Precisamos de um IRS ‘family-friendly’”

Paulo Portas
PRESIDENTE DO CDS-PP



“Há muito terreno rural que passou a urbanizável e com isso valorizou cerca de 3 mil por cento livre de impostos”

Francisco Louçã
COORDENADOR DO BLOCO DE ESQUERDA

Impostos. Partidos prometem que nada vai ficar como está

Passos quer evitar mexer nas taxas marginais do IVA, mas hipótese não é posta de lado. Sócrates aproveita para acusar PSD de querer acabar com escalão intermédio

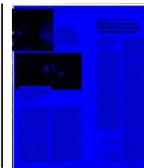
MARTA CERQUEIRA
marta.cerqueira@ionline.pt
SÓNIA CERDEIRA
sonia.cerdeira@ionline.pt
GUILLAUME PAZAT/KAMERAPHOTO
fotografia@ionline.pt

A campanha quase começa antes de tempo. Faltam 11 dias para o arranque oficial, mas as alterações fiscais propostas pelo PSD agudizaram o combate. Ontem Passos Coelho não descartou ter de vir a aumentar as taxas marginais do IVA, debaixo do fogo de Sócrates, que acusa os sociais-democratas de quererem eliminar os escalões intermédios deste imposto, prejudicando a economia.

A receita do PSD passa por reduzir a contribuição das empresas para a segurança social (taxa social única, TSU), proposta no acordo com a troika, e compensá-la com “poupanças do Estado, mas pode e deve ser financiada através de impostos sobre consumo”, explica Passos. O líder do PSD não especifica que taxas quer ver aumentadas, mas não deixa de parte ter de aumentar as taxas marginais do IVA: “É possível, no âmbito da chamada reestruturação do IVA, em princípio sem aumento das taxas marginais, garantir uma folga de modo que durante os próximos três ou quatro anos possamos utilizar uma parte da receita do IVA para sustentar a baixa da taxa social única.”

Estas declarações logo motivaram as acusações de José Sócrates. A alteração admitida por Passos Coelho visa, segundo o primeiro-ministro, “eliminar os escalões intermédios” do imposto, afectará especialmente a restauração, “um dos pilares do sector do turismo”. “Não podemos tomar uma medida que afecta um dos sectores económicos com maior importância do país”, defende Sócrates. Mais tarde, no debate com Jerónimo de Sousa, na TVI (ver página 6), Passos havia de garantir que a sua intenção é não mexer nas taxas. Porém, na afirmação da manhã não descartou a hipótese.

PS ATACA Para o líder do PS, o PSD “foi mais longe” que o acordo com a troika ao propor a compensação da redução da TSU pelo lado dos impostos, já que o memorando previa “duas soluções”, defendeu Sócrates: diminuir a despesa ou aumentar os impostos. A proposta do PSD implicaria um aumento de 3% da taxa máxima do IVA, segundo as contas de Sócrates, “um valor muito acima do que seria razoável no aumento de impostos”. Certo é que o líder do PS continua sem especificar a proposta dos socialistas para compensar a redução desta taxa, referindo apenas que não se pode fazer



Política

“É possível, na reestruturação do IVA, em princípio sem aumento das taxas marginais, garantir uma folga de modo a baixar a TSU”

Passos Coelho
PRESIDENTE DO PSD



“O PCP quer taxas reduzidas para empresas que se fixem em zonas desfavorecidas”

Jerónimo de Sousa
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

uma “alteração nos impostos que ponha em causa o aumento das exportações”.

Na conferência “União Europeia e Política Fiscal”, organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, pelo “Diário de Notícias” e pela “TSF”, estiveram todos os líderes partidários e ensaiaram-se argumentos de campanha. Passos Coelho recusou o corte nos salários para compensar a diminuição da TSU e apontou a discussão dos pormenores para o Orçamento do Estado para 2012.

O líder do CDS-PP, Paulo Portas, afirmou que o acordo com a troika deixa margem de manobra para um futuro governo assumir “melhores soluções”, nomeadamente em matéria de política fiscal. Portas – que ainda não apresentou o seu manifesto eleitoral – aproveitou para não se comprometer: “Fica por saber quais os produtos que evitam o aumento da taxa máxima do IVA.”

O programa centrista será apresentado este sábado e Paulo Portas vai propor um crédito fiscal selectivo para as empresas, sobretudo as pequenas e médias empresas (PME), que “aumentem as exportações, ajudem no reinvestimento produtivo e contratem em tempo de recessão”. O CDS irá ainda propor uma reestruturação do IRS “transformando-o num IRS com

menos escalões e menos taxas, o que irá aumentar a mobilidade social”, explicou Portas. Pouco depois, Sócrates veio ao mesmo fórum propor “tectos de utilização a cada um dos sectores das deduções fiscais”, em vez de eliminar benefícios.

À esquerda, os partidos criticaram o aumento do IVA, “o imposto mais cego”, nas palavras do secretário-geral do PCP. O Bloco de Esquerda aproveitou o palco para anunciar a sexta proposta, das 20 que apresentará até às eleições: uma taxa de mais-valias urbanísticas a 100%. A valorização de um terreno que passa de rural a urbanístico por “decisão administrativa” das câmaras municipais poderia render ao Estado entre mil e 2 mil milhões de euros, defendeu Francisco Louçã.

Já o PCP pretende aumentar a carga fiscal sobre as mais-valias mobiliárias e acabar com as empresas offshore na Madeira – “empresas de tabuleta que não criam empregos”. Por outro lado, os comunistas querem incentivar “taxas reduzidas a empresas que se fixem em zonas desfavorecidas, nomeadamente nas zonas rurais”, afirmou Jerónimo de Sousa. O secretário-geral acusou ainda PS e PSD de optarem “pelas soluções mais simples” (aumento de impostos) e assim “penalizarem os mesmos de sempre”.

Taxa social única. Redução vai custar 600 milhões de euros à Segurança Social

Este é o montante que o PSD vai ter de compensar alterando impostos sobre consumo

A redução da taxa social única (TSU) para as empresas exportadoras, proposta pelo PSD, está avaliada numa quebra de receita para a Segurança Social de 600 milhões de euros em quatro anos – ou seja, cerca de 150 milhões de euros por ano.

Este montante foi obtido pelo PSD de acordo com informação recolhida junto da central de balanços do Banco de Portugal e uma desagregação das contas nacionais. O PSD considera que este valor será facilmente compensado através do reescalamento do IVA, e a intenção é conseguir compensar as perdas na Segurança Social com receitas adicionais de impostos, preferencialmente sobre o tabaco e o álcool, e ganhos de eficiência na despesa do Estado.

Se a medida vier a ser aceite pela União Europeia, as exportadoras baixarão a sua contribuição para a Segurança Social dos actuais 23,5% para cerca de 19,5% no final da próxima legislatura (2015). “O PSD está consciente de que a aplicação da TSU às empresas exportadoras é uma excepção e discutiu com a troika duas soluções”, disse ao *i* Carlos Moedas, conselheiro económico de Passos Coelho. “Numa situação extrema como a que o país atravessa, o PSD poderá negociar com a União Europeia este ponto. Ou, no caso de a UE não aceitar que seja apenas aplicada às exportadoras, poderemos aplicar soluções técnicas já estudadas em vários países

europeus, para evitar que as empresas dos sectores não transaccionáveis gozem deste benefício”, diz o conselheiro do PSD. Só na electricidade, a reestruturação do IVA de 6% para 23% – que Passos deu ontem como exemplo, no debate com Jerónimo de Sousa (ver página 6) – poderia levar a “um aumento da receita deste imposto de 500 milhões de euros”, explicou o líder do PSD.

“Neste caso”, garante a mesma fonte, “a lei da formação dos preços da electricidade seria revista de forma a não penalizar o consumidor final. Ou seja, haveria uma diminuição do lucro para o accionista imposta pela autoridade reguladora, durante o período em que vigorarem as medidas de austeridade.”

A diminuição da taxa social única para todas as empresas, bem como a renegociação de uma série de contratos que reduzem os lucros das empresas de bens não transaccionáveis (caso da energia e das telecomunicações), são duas das medidas do acordo para a concessão do empréstimo a Portugal negociadas entre o governo e a troika.

O PSD entendeu que a TSU só deverá ser aplicada às exportadoras, mas o certo é que, qualquer que venha a ser o próximo governo, vai mesmo ter de baixar a contribuição das empresas para a Segurança Social, já que é uma das contrapartidas para o FMI, o BCE e a Comissão Europeia nos emprestamos os 78 mil milhões de euros. Tudo porque a troika exige que haja uma diminuição dos custos do trabalho para as empresas, de forma a promover o crescimento e a competitividade da economia nacional.

Outra medida de apoio ao crescimento da economia que consta no memorando de entendimento entre Portugal e a troika é a negociação dos salários passar a estar apenas indexada à produtividade, e não à inflação, como até agora acontecia. Tratou-se de uma imposição da Alemanha, que vai ser alargada a todos os países União Europeia. É uma forma de premiar os países mais produtivos, mas também de aumentar a competitividade da indústria europeia face ao exterior através da diminuição dos salários.

Margarida Bon de Sousa

PSD insiste que redução da TSU é apenas para as exportadoras

Caso a UE chumbe proposta, os sociais-democratas já têm alternativa